

O eterno bode expiatório

Não podem passar sem registro as sucessivas — e cada vez mais duras — críticas do governador Luiz Antônio Fleury Filho ao sistema bancário privado. No decorrer desta semana, pelo menos duas vezes S. Exa. fez questão de responsabilizar o sistema financeiro pela inflação e, mais que isso, pelo fato de os Estados (particularmente o de São Paulo) não poderem rolar suas dívidas com a União. No início da semana, o governador deixara claro que o problema da rolagem da dívida dos Estados não se resolvia porque os bancos, que compram títulos do Tesouro estadual, não têm interesse em que o assunto se resolva, visto ganharem com os juros pagos pelo Estado para a rolagem de sua dívida com eles. Anteontem, em Brasília, acusou a “burocracia federal” de estar a serviço dos bancos privados para impedir o acordo sobre a rolagem da dívida, permitindo que eles, bancos, continuem obtendo milhões de dólares de juros por dia. E foi ácido: “Na hora de acabar a dívida dos Estados, esses bancos vão perder a maior mamata”.

Primeiro, era o presidente da República, que dizia que o Banco Central era uma caixa-preta e a instituição estava a serviço do setor privado. Depois, foi o ministro da Fazenda, declarando no Congresso que era preciso alongar o prazo de vencimento da dívida pública, de maneira negociada, pois os bancos sabem que havia maneiras

não negociadas de resolver o problema, as quais não seriam aplicadas. Agora, é o governador de São Paulo que engrossa o coro dos que atacam o sistema bancário — privado, note-se. O pretexto é sempre o mesmo: a dívida pública.

O sistema bancário privado sempre esteve na mira dos governos em dificuldades para rolar diariamente sua dívida, cujo principal não conseguem liquidar, nem pagar em suaves prestações mensais, como se dizia antigamente. Agora, porém, pode-se dizer que o fogo é mais nutrido, consolidando a sensação de que de fato os bancos é que estipulam as taxas de juro que o Estado deve pagar para colocar títulos. A lição escolar de que só se compram títulos (de qualquer um) se as condições são boas (pelo menos nas economias ditas de mercado) e a taxa de juro será tanto menor quanto maior a confiança de quem emite e coloca o título (e, inversamente, tanto maior quanto menos confiança o Estado tiver no mercado) está esquecida e foi substituída por outra, de mais fácil assimilação: se o Estado não pagar o juro fixado (!) pelos bancos, eles não compram os títulos e o Estado quebra! Ora, como o Estado não pode parar, ele cede à pressão dos bancos, vende os títulos aos juros estabelecidos por eles e



então se tem a inflação!

São no mínimo dois os problemas que se colocam nesta questão: um, tentar fazer dos bancos o bode expiatório da inflação, deixando de lado os outros componentes do sistema financeiro, que lastreiam patrimônios com títulos públicos, igualmente; outro, o do governo de São Paulo. Interessa-nos, neste momento, a segunda questão, pois a discussão da primeira apenas conduziria a demonstrar que, na impossibilidade de encontrar uma solução para a questão inflacionária e incapaz de negociar numa posição de força com os governos dos Estados, o governo federal pode vir a concordar com essa tese esdrúxula (os bancos são responsáveis pela inflação porque compram títulos de uma dívida pública que não se paga), com as consequências daí decorrentes. Importante é observar que o governador Fleury embarcou nessa “canoa” e com certa irritação. Ao fazê-lo, S. Exa. demonstra, em primeiro lugar, que a situação do Tesouro estadual não é tão boa quanto se poderia imaginar pelos gastos de propaganda que tem para divulgar as obras que realiza; em segundo lugar, que não deseja discutir o porquê do fato de o Estado de São Paulo ter chegado à situação a que chegou. Ela é tão grave que o

governador disse claramente ao presidente da República que as obras do governo de São Paulo poderão ser paralisadas, se não houver acordo para a rolagem da dívida — o que diminuirá a necessidade de colocar tantos títulos públicos no mercado, isto é, vendê-los a esses sinistros personagens chamados bancos privados.

O governador Fleury não deseja que se discuta como cresceu de tal maneira a dívida pública a ponto de os bancos considerarem arriscadas as operações com o Tesouro estadual. É que essa discussão levaria a que se voltasse à época das eleições de 1990, aos gastos públicos feitos para consolidar a candidatura do escolhido do governador Quéricia, às solicitações de adiantamentos de receita que causaram problemas ao Banco do Estado e, em suma, ao aumento da dívida pública por motivos eleitorais. Fato, aliás, que ocorreu em todos os Estados e continuará a ocorrer, enquanto não houver um controle mais estrito dessa situação de *independência* dos Estados da União.

O sistema bancário, sem dúvida alguma, tem suas culpas, como todos nós, a rigor, devemos tê-las. Fazê-lo pagar, no entanto, pelo que não é culpado, é canalizar água para o moinho da crise — que se poderá transformar numa represa que rompe, levando no caudal quantos estiverem pela frente, até mesmo os que imaginaram aproveitar-se da inundação.